



João Carameiro

Numa altura em que temos um novo quadro legal, que vem dar resposta à Directiva nº 2002/91/CE da União Europeia, a consideração do ambiente nas propostas de desenvolvimento, sejam ao nível das políticas, dos planos, dos programas ou dos projectos, é actualmente, um dado adquirido, sendo disso exemplo os novos Regulamentos recentemente promulgados:

- RSECE - Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (Decreto-Lei 79/2006)

- RCCTE - Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (Decreto-Lei nº80/2006)

- QAI - Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (Decreto-Lei 78/2006)

Constituindo estes, instrumentos privilegiados para a concretização das medidas necessárias à construção de edifícios energeticamente mais eficientes, com melhores condições de conforto e com menores custos em regime de exploração. Trata-se de uma estratégia Nacional, que permitirá aproveitar os recursos naturais e servir de suporte às energias mais tradicionais ou convencionais, que actualmente representam elevados custos, tanto económicos como ambientais.

A utilização de tecnologias com recurso a energias renováveis ou outras capazes de reduzir a utilização de recursos naturais, permitirão deixar um Planeta viável para as gerações vindouras.

Será justo no entanto afirmar que os promotores demonstram cada vez mais abertura e incentivo para a adopção de soluções ou de regras que conduzam a uma maior sustentabilidade ambiental.

Existem mesmo casos da promoção da utilização de recursos renováveis, de acordo com os princípios da sustentabilidade, de onde resultaram sucessos comerciais.

A identificação dos valores paisagísticos, a promoção da sua qualificação e gestão adequadas, com base na valorização de recursos endógenos conduz a um desenvolvimento sustentável e cada vez mais valorizado por todos e por sua vez, pelos utilizadores dos empreendimentos turísticos ou dos edifícios.

Pessoalmente partilho da opinião que para existir êxito na comercialização e utilização dos empreendimentos imobiliários ou turísticos, é

necessário potenciá-los com bons projectos, que passem por:

- Paisagismo e espaços de lazer;
- Arquitectura integrada;
- Instalações técnicas adequadas ao utilizador e com tecnologias que conduzam a baixos consumos energéticos;
- Planos de manutenção para condução das instalações.

Pois entendo que, cada vez mais o sector imobiliário e o turismo, têm necessidade de estarem integradas com o ambiente, e de oferecerem produtos de elevado valor acrescentando. Para isso não basta só dizer, é preciso fazer bem e por fim manter as instalações de molde a permitir aumentar a vida útil dos imóveis e dos seus sistemas ou instalações.

Cabe agora, ou melhor, sempre coube aos projectistas e promotores, abordar e estudar de forma concertada, as soluções técnicas que melhor se adaptem a cada projecto, na certeza de garantirem edifícios projectados para o futuro.

No entanto é com elevada expectativa que agora prevejo um maior empenho de todos os intervenientes, na procura de soluções técnicas menos convencionais e na utilização de novas tecnologias de construção e de materiais mais adequados.

A certificação relativa ao desempenho energético dos edifícios assenta num quádruplo objectivo:

- Definição das condições de conforto térmico e higiene em função da utilização dos espaços;
- Melhorar a eficiência energética global do edifício;
- Impor regras de eficiência aos sistemas de climatização que permitam melhorar o desempenho energético e garantir os meios para a manutenção de uma boa qualidade do ar interior.

- Monitorizar com regularidade as práticas de manutenção para garantia da eficiência energética e a qualidade do ar interior

Estes factores enumerados, desempenham sem duvida alguma o papel chave na obtenção, do conforto e no bom ambiente interior, conduzindo ao bem-estar real dos ocupantes

responsável pelo dep. avac da eace

IMOBILIÁRIO, TURISMO E AMBIENTE

"É com elevada expectativa que agora prevejo um maior empenho de todos os intervenientes, na procura de soluções técnicas menos convencionais e na utilização de novas tecnologias de construção e de materiais mais adequados".

e a uma maior produtividade nos casos dos edifícios de serviços.

Embora o consumo de água não seja um factor directo a controlar no âmbito da certificação energética dos edifícios, partilho da opinião que este bem, não deve ter utilizações de elevados consumos nos sistemas de climatização.

O consumo de água tem tido um crescimento contínuo e não controlado. Tendo este aumento conduzido a custos ambientais cada vez mais elevados, incluindo o agravamento ambiental no que diz respeito à perda da biodiversidade.

A ONU fixou para 2025 o objectivo de garantir o acesso de toda a humanidade a uma água salubre e deste modo permitir obter condições fundamentais ou mesmo indispensáveis ao desenvolvimento de qualquer país.

De salientar no entanto o papel "pedagógico" da generalidade dos promotores turísticos, ao promoverem junto dos hóspedes/clientes a utilização racional da água, seja por informação local ou por controlo nos fluxos de distribuição de água.

Será também necessário obter tecnologias cada vez menos consumidoras de água, cabendo ao projectista a responsabilidade da escolha de técnicas cada vez mais eficientes e de menor consumo deste recurso natural.

O aumento da procura global de combustíveis de origem fóssil, os preços elevados do petróleo e do gás, as limitações dos recursos de água potável e a escassez de outros recursos naturais, é uma realidade actual e incontornável. Sendo expectável que estes factores dêem espaço à inovação tecnológica e ao aumento da eficiência energética global dos sistemas.

Exemplos disso são alguns investimentos já realizados ou perspectivados para o nosso país, nomeadamente a construção de fábricas para desenvolver tecnologias associadas ao aproveitamento solar, e da construção de centrais energética de aproveitamento eólico, de Biomassa e de aproveitamento solar (tecnologia foto-voltaica).

Teremos todos de acreditar que o futuro já começou. «